

Prancha 22

VÍVERES LEVADOS À CADEIA PELA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Se a legislação portugueza, em vigor no Brasil, dispensa o governo da alimentação dos presos, bárbaro sistema que obriga o indigente privado de parentes ou amigos a recorrer à caridade dos transeuntes para sua subsistência, sua sorte deplorável é entretanto suavizada pela filantropia da irmandade da *Santa Casa da Misericórdia*, que fornece diariamente dois enormes caldeirões de sopa feita com cabeças de bois reservadas especialmente para esse fim, e mais um suplemento de farinha de mandioca. Essa providência caridosa recebe diariamente seu tributo de louvores ao encontrarem os distribuidores a fila de prisioneiros acorrentados carregando os gêneros alimentícios sob a escolta da guarda da polícia.

Esse exemplo de assistência fraternal é também seguido, embora somente uma vez por ano, na véspera de Pentecostes, pela irmandade do *Santíssimo Sacramento*. Seu volumoso presente, que enche os bordos de dois carros de bois, compõe-se de carne fresca, toicinho, carne seca, feijões pretos, laranjas e farinha de mandioca. Mas o valor dessa oferta levada à cadeia pela manhã na véspera da festa do Espírito Santo, é logo reembolsado graças aos inúmeros presentes de toda espécie de comestíveis que, na mesma noite, são entregues em todas as sedes do Santíssimo Sacramento espalhadas pela cidade. Essas oferendas são postas solenemente em leilão, na noite da festa, em benefício da irmandade a qual aufere disso seus únicos recursos.

O desenho representa a entrada da cadeia, na rua da Prainha. Já um dos carros atinge seu destino; vem ornado de ramos de mangueira tal qual o segundo que segue. A vanguarda do cortejo já se encontra também parada à porta. O pequeno destacamento de cavalaria esta-

ciona à esquerda, enquanto à direita a banda dos negros toca contra-danças para comemorar a chegada do cortejo. As duas bandeiras que precediam o primeiro carro aguardam igualmente o momento oportuno para reunir-se aos que acompanham o segundo carro e terminam assim o cerimonial da marcha. Um dos chefes da expedição toma em seguida o recibo do carcereiro e o cortejo se dispersa. Os irmãos pedintes em plena atividade ao longo do caminho dão a beijar aos passantes um pequeno relicário do Espírito Santo e recebem as esmolas dos devotos. O prêso de plantão, a fim de implorar a caridade dos transeuntes, beija *gratuitamente* a pequena imagem (255) enquanto as negras do primeiro plano se apressam em trazer seu óbolo com humildade, embora tendo em vista o mesmo intuito.

O lugar da cena é reproduzido do natural. A ala situada no oitralado do edifício e da qual se percebe uma parte acima da extremidade da fachada mais afastada, é a prisão das mulheres (256).

No Rio de Janeiro o lugar de carcereiro é bastante lucrativo e por isso mesmo muito procurado e somente concedido por proteção especial do ministro intendente da polícia. Um protegido dêste, o antigo diretor do Teatro Real (*José Fernandes de Almeida*), indivíduo muito ativo, já chegara a construir grande parte dos pesados muros de uma nova prisão na cidade nova, perto do novo caminho de São Cristóvão, na certeza de obter, como recompensa, o lugar de carcereiro. Mas sua morte impediu o acabamento da empresa que ficou abandonada, pelo menos até a minha partida.

GUARDA DE HONRA DO IMPERADOR

N.º 2. Deve-se a criação do *Batalhão da Guarda de Honra Imperial* ao exemplo da dedicação da cavalaria de São Paulo, primeira a chegar ao Rio de Janeiro, a 3 de junho de 1822, para defender contra

(255) Uma corrente comprida permite ao prêso chegar até a sarjeta da rua da cadeia para implorar a esmola dos passantes; um banquinho de madeira colocado junto à parede serve para que descanse durante suas horas de plantão. (N. do A.).

(256) Falarei também do oratório colocado num dos pátios da cadeia e no qual, assistidos por um confessor, os condenados à pena capital passam os três dias de retiro que lhes são concedidos antes da execução.

A primeira cadeia do Rio de Janeiro achava-se situada no fim da rua que beira o lado esquerdo do palácio. Ela foi substituída, no governo do último vice-rei, pela que se vê aqui. Nessa ocasião aproveitou-se primeiramente uma parte do andar térreo abobadado do antigo estabelecimento, instalando-se o correio e colocando-se os arquivos no andar superior; quando da fundação do império puseram à disposição do arquiteto Manuel da Costa toda a parte superior desse mesmo edifício para a instalação da Assembléia. A entrada principal dá para uma rua que beira o Palácio e outra entrada particular, do outro lado, dá para uma praça também do lado do Palácio. Resta apenas hoje, perpetuando a recordação da antiga cadeia, uma rua estreita e longa em frente da entrada do Correio e que vai terminar no chafariz da *Carioca*, conservando o nome de *rua da Cadeia*. (N. do A.)

as tropas portuguesas os direitos do príncipe D. Pedro, *pouco antes proclamado defensor perpétuo do Brasil independente* (257). Belicosa e digna de sua antiga reputação ela se constituiu patrioticamente em guarda de honra do novo soberano do Brasil, durante essa crise decisiva. Mais tarde, quando da coroação do Imperador, criou-se um batalhão especial de cavalaria com o nome de *Guarda de Honra*, formado por voluntários das diversas províncias do Império, admitidos somente em serviço temporário e anual por ocasião dos aniversários das grandes solenidades nacionais.

Vestindo todos o mesmo uniforme, distinguem-se os soldados somente pelas iniciais gravadas na chapa que fixa ao peito a bandoleira da cartucheira (258). São Paulo é designado por *S. P.*; Minas por *M.*; Rio Grande por *R. G.*; Rio de Janeiro por *R. J.* etc. Essa guarda acompanha o Imperador e o escolta no campo de batalha, sendo somente o esquadrão do Rio de Janeiro encarregado do serviço comum durante o resto do ano. A asna virada encimada por uma roseta verde, colocada no braço esquerdo do guarda de honra é símbolo da independência brasileira, pois foi colocada no braço do príncipe D. Pedro, defensor perpétuo do Brasil, pelos paulistas, no momento em que deixava a cidade de S. Paulo, depois de ter evitado com a sua presença espontânea um movimento de revolta contra a sua autoridade. Esse sinal foi usado por todos os funcionários do governo, até 3 (259) de agosto de 1825, quando o Imperador, no balcão do palácio da cidade, o retirou publicamente do braço, anunciando a paz concluída, entre Portugal e o Brasil emancipado, pelo tratado que êle acabava de ratificar na presença de Lord Stuart, enviado extraordinário do rei d. João VI.

Mais tarde, a influência da civilização, tão notável nos preparativos do segundo casamento do Imperador, determinou a escolha do novo modelo de capecete, de estilo bávaro, adotado pela guarda de honra para a recepção da Imperatriz Amélia de Leuchtenberg, Princesa de Baviera (260).

UNIFORME DOS ARCHEIROS

O destacamento real e militar dos archeiros, de origem portuguesa, trocou desde há muito sua arma primitiva pela alabarda. Vestindo o

(257) A cavalaria de Minas a ela se juntou igualmente logo depois. (N. do A.). Para maiores detalhes ver Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues. Uniformes do Exército Brasileiro. (N. do T.).

(258) "No escudo do talabarte", diz Gustavo Barroso. (N. do T.).

(259) Erro de impressão. É 30 de agosto de 1825. Aliás poucas linhas adiante diz-nos o autor que Lord Stuart desembarcou a 15 desse mes. (N. do T.).

(260) É esse modelo moderno que apresento aqui apesar do anacronismo da presença simultânea do sinal da independência no braço do cavaleiro. (N. do A.).

uniforme dos suíços da porta da Casa de Bragança (261), os archeiros são encarregados do serviço de honra no interior do Palácio, mas somente nos dias de gala. Como outrora nossos *cem suíços*, vêmo-los nas grandes cerimônias públicas e religiosas acompanharem o soberano ou em fila cerrada junto de sua pessoa ou de ambos os lados da carruagem. Verdadeiros soldados de parada não são aquartelados, embora tenham por capitão um dos primeiros personagens da côrte, o qual, nessa qualidade, sobe na carruagem do soberano ou a acompanha ao lado da portinhola, de acôrdo com a exigência da pragmática.

Entretanto, no Império, as côres nacionais (262) substituíram em seu uniforme as de Portugal; o jovem soberano, apreciador da disciplina militar, exigiu que os archeiros andassem a passo, e escolheu também um uniforme simples para as solenidades secundárias; organizou ainda uma banda de música formada especialmente por excelentes músicos alemães, vindos para o Brasil com a Imperatriz Leopoldina. Essa deliciosa orquestra compunha-se de trompas inglêsas e de um trombone, inovação infinitamente agradável para êsse corpo de lacaios arregimentados, conduzidos anteriormente por um tambor medíocre e um detestável pífaro. Nessa ocasião o *marquês da Praia Grande*, favorito de D. Pedro I e seu camarada de infância, foi nomeado capitão dos archeiros e o marquês de Itanhaem seu porta-bandeira (263).

O simples archeiro goza ao mesmo tempo de alguns privilégios civis; protegido pelo Imperador encontramo-lo em diferentes repartições da administração na qualidade de bedel ou ainda como fornecedor da Côrte.

Foi a 15 de agôsto de 1825 que se inaugurou o uniforme comum dos archeiros, por ocasião da recepção solene de Lord Charles Stuart, desembarcado no Rio diante do Palácio a que chegou através de uma ala dêsses militares enfileirados desde o cais até a entrada da sala do trono.

(261) O uniforme português, que apresento aqui, constitui-se de uma casaca vermelha, galão amarelo, colête e calças azuis, agaloadas de prata, meias de sêda branca, sapatos de fivela de ouro; boldriê de fundo branco com galões de lã azuis e vermelhos. Espada de punho de ouro e prata, chapéu armado, agaloado de prata com a roseta nacional; cabelos cortados à Titus e empoados. Os oficiais usam bôlsa. (N. do A.).

(262) Pano verde, acessórios amarelos e brancos. (N. do A.).

(263) A bandeira dos archeiros é de veludo verde, bordada e franjada de ouro e quase inteiramente coberta com os ornatos que acompanham os escudos das armas imperiais colocados ao centro. (N. do A.).